

CAIC JOSÉ JOFFILY

Edital de Chamada Pública nº 001/2017

O conselho do <u>CAIC José Joffily</u>, pessoa jurídica de direito publico, com sede a Rua: <u>José Marques Ferreira nº 100 - Malvinas</u>, <u>CEP: 58.432-545</u> inscrita no CNPJ sob nº 01.267.258/0001-11, representada neste ato pelo (a) Presidente (a), **Patrícia de Medeiros Marinho**, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art. 26, da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17/07/2013, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE – <u>MAIS EDUCAÇÃO</u>, CAIC José Joffily, durante o período de 06 de Março a 27 de Março 2017 com finalidade de apresentar Projeto de venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e habilitação dos fornecedores conforme quadro abaixo.

DATA DE ABERTURA DO EDITAL	06 de Março
DATA DE FECHAMENTO DO EDITAL	27 de Março
DATA DE ENTREGA DAS AMOSTRAS	27 de Março
DATA DO RESULTADO FINAL	27de Março

- 1. Para o processo de habilitação os fornecedores da Agricultura Familiar ou do Empreendedor Familiar Rural, em conformidade com sua declaração de Aptidão do PRONAF (Fornecedores individuais, Fornecedores dos Grupos Informais e Fornecedores dos Grupos Formais) deverão entregar ao conselho do <u>Caic José Joffily</u> os documentos prescritos nos §1° § 2° e § 3°, do art. 27 da Resolução CD/FNDE n° 26/2013.
- 1.1. Dos DOCUMENTOS PARA FORNECEDORES INDIVIDUAIS, detentores da DAP Física não organizados em grupo:
- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) Extrato da DAP Física do Agricultor Familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- c) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;
- d) a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especifica quando for ocaso e
- e) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção do Agricultor Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural, relacionada no projeto de venda.
- f) Alvará de vigilância sanitária quando for ofertado produtos que sejam submetidos ao controle e fiscalização sanitária, nos termos da Lei n. 9.782/1999, e demais instrumentos legais que regulem o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- g) Declaração que não ultrapassou o valor anual de R\$ 20.000,00(vinte mil) por DAP/ano, sob pena de arcar com as sanções cabíveis.
- **1.2. Dos GRUPOS INFORMAIS** de Agricultor Familiar e Empreendedor Familiar Rural deverão entregar:
- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) Cópia da Declaração de aptidão ao PRONAF DAP principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante; emitido nos últimos 30 (trinta) dias.
- c) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar elaborado conjuntamente entre o Grupo Informal e a Entidade Articuladora eassinado por todos os Agricultores Familiares participantes;

- d) prova de atendimento de requesitos previstos em lei especifica quando for o caso.
- e) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção do agricultor familiar Empreendedor Familiar Rural, relacionados no projeto de venda.
- f)Alvará de vigilância sanitária quando for ofertado produtos que sejam submetidos ao controle e fiscalização sanitária, nos termos da Lei n. 9.782/1999, e demais instrumentos legais que regulem o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- g) Declaração que não ultrapassou o valor anual de R\$ 20.000,00(vinte mil) por DAP/ano, sob pena de arcar com as sanções cabíveis.
- **1.3. Dos GRUPOS FORMAIS**da Agricultura Familiar e de Empreendedor constituídos em Cooperativas e Associações deverão entregar:
- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF DAP Jurídica para associação e cooperativas; emitido nos últimos 60(trinta) dias;
- c) cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Divida Ativa da União;
- d) cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro de Pessoa Jurídica;
- e) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.
- f) prova de atendimento de requisitos previstos em lei especifica quando for o caso
- g) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos da produção de agricultores familiares rurais ou dos empreendedores familiar rurais, relacionados no projeto de venda e que esteja vinculado a associação, cooperativa ou qualquer outra forma de associação.
- h) Alvará de vigilância sanitária quando for ofertado produtos que sejam submetidos ao controle e fiscalização sanitária, nos termos da Lei n. 9.782/1999, e demais instrumentos legais que regulem o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- Art. 25 Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.
- § 1º Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção
- I o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos.
- II o grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País.
- III o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.
- § 2º Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:
- I os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;
- II os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agro ecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;
- III os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física);
- §3° Caso a E Ex. não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização estabelecidos no caput e nos §1° e §2°.
- §4º Para efeitos do disposto neste artigo, serão considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50% 1 (cinquenta por cento mais um) dos associados/cooperados

das organizações produtivas, no caso do grupo formal, e 50% 1 (cinquenta por cento mais um) dos fornecedores agricultores familiares, no caso de grupo informal, conforme identificação na(s) DAP(s).

- §5º No caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto no §2º inciso I deste artigo, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas -, conforme identificação na(s) DAP(s).
- §6º No caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no §2º inciso III deste artigo, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/ cooperados, conforme DAP Jurídica.
- §7º Em caso de persistência de empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.
- 2. O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP por ano, conforme disciplinado no art. 24 da Resolução CD/FNDE n°. 38, de 16/07/2009, alterada pela resolução CD/FNDE/25 de 04/07/2012.
- 3. Gêneros alimentícios a serem adquiridos para alimentação escolar:

Item		Quant	Preço Médio	
ALFACE Fresca, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso e unid. Externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	Kg	40	5,99	
ALHO de ótima qualidade, fresco, sem lesões de origens físicas ou mecânicas, livre de resíduos, tamanho e cor uniformes.	Kg	08	21,00	
ARROZ Parabolizado tipo 1 longo constituído de grãos inteiros acondicionado em saco plástico.	Kg	35	2,99	
BANANA de primeira "in natura", apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com a ausência de sujidades, parasitos e larvas.	Kg	30	3,39	
BATATA INGLESA de primeira, compacta e firme, sem lesões de origens firme ou mecânicas	Kg	35	3,15	
BETERRABA de primeira, compacta e firme, sem lesões de origens firmes ou mecânicas	Kg	25	3,20	
CALDO DE CARNE – Embalagem primária: caixa de 19g; embalagem secundária: caixeta com peso aproximado de 60g	Caixeta	30	0,45	
CALDO DE GALINHA - Embalagem primária: caixa de 19g; embalagem secundária: caixeta com peso aproximado de 60g	Caixeta	30	0,45	
CARNE BOVINA MOÍDA, tipo acém resfriada 2ª (magra) embalada em saco plástico com registro de inspeção sanitária.	Kg	30	10,99	
CARNE BOVINA SEM OSSO chã de dentro em bifes, resfriada 2ª (magra) embalagem em saco plástico com registro de inspeção sanitária.	Kg	50	24,90	
CARNE BOVINA sem osso, Acém em cortes de Isca, resfriada 2ª (magra) embalagem em saco plástico com registro de inspeção sanitária.	Kg	50	17,90	
CARNE DE CHARQUE, produto preparado com carne bovina tipo charque de agulha 1ª qualidade. Com Registro de Inspeção Sanitária	Kg	50	22,00	
CEBOLA de boa qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica	Kg	35	3,20	
CENOURA de boa qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica	Kg	35	2,99	
CHUCHU de primeira, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica	Kg	15	3,40	
COENTRO hortaliça classificada como verdura cor verde fresca	Kg	10	6,30	

FEIJÃO CARIOQUINHA OU MULATINHO, novo, constituído de grãos inteiros e sadios, isentos de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies, acondicionado em plástico de 1kg	Kg	70	5,25
EIJÃO MACASSAR, novo, constituído de grãos inteiros e sadios, isentos de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies, acondicionado em plástico de 1kg	Kg	40	4,95
EIJÃO PRETO, novo, constituído de grãos inteiros e sadios, isentos de naterial terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies, condicionado em plástico de 1kg	Kg	40	6,80
FILÉ DE PEIXE – Cortado em filé congelado, sem osso ou espinha e sem pele, com aspecto firme apresentando cor branca ou ligeiramente rósea, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e carimbos oficiais de acordo com as portarias do Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde DIPOA N° 304 de 22/04/96 e N° 145 de 22/04/98, da resolução ANVISA N° 105 de 19/05/99.	Kg	35	24,60
RANGO resfriado inteiro, sem pés, pescoço e vísceras, com aspecto cor e heiro próprio, sem manchas, pele completa ausência de penas e penugem parasitas. Com Registro de Inspeção Sanitária	Kg	30	9,20
ALINHA CAIPIRA, resfriada inteira, sem pés, pescoço e vísceras, com specto cor e cheiro próprio, sem manchas, pele completa ausência de enas e penugem e parasitas. Com Registro de Inspeção Sanitária	Kg	40	15,20
ERIMUM de primeira, compacta e firme, sem lesões de origens físicas ou necânicas.	Kg	35	4,25
ARANJA PÊRA de primeira "in natura", apresentando grau de maturação al que lhe permita suportar a manipulação, o transporte o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com a ausência e sujidades, parasitos e larvas.	Kg	300	3,20
IMÃO TAHITI, de primeira, fresco, livre de resíduos fertilizante, sujicidas, arasitas e larvas =, tamanhas e coloração uniformes, devendo ser bem esenvolvido e maduro, com polpa firme e intacta. De acordo com a esolução 12/78 da cnnp.kg	Kg	20	3,50
IACAXEIRA de boa qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica	Kg	40	3,10
IELANCIA primeira "in natura", apresentando grau de maturação tal que ne permita suportar a manipulação, o transporte o transporte e a onservação em condições adequadas para o consumo. Com a ausência e sujidades, parasitos e larvas.	Kg	40	1,09
PRÉGANO DESIDRATADO Constituído de folhas acompanhadas ou não e pequenas unidades florais sãs, secas e limpas, acondicionadas em saco e polietileno, integro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo. embalagem deverá conter externamente os COHUR — Coordenadoria de peracionalização de Hospitais e Unidades de Referencia, dados de lentificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de alidade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade de (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. De cordo com a rde nº 276/2005. Pct com 100g	Kg	04	10,99
ASSA – Uva passa desidratada sem caroço, preparada com sacarose e utas desidratadas, com tecnologia adequada, com aspecto, cor, cheiro, e abor próprio isenta de sujidades, detritos animais, vegetais e outras ubstâncias, acondicionada em saco plástico atóxico, vedado, com dizeres e rotulagem, data de fabricação e prazo de validade – CNNPA nº, 15 de 277,embalagem pesando aproximadamente 250grs.	Kg	03	17,99
EITO DE FRANGO, resfriado inteiro, sem pés, pescoço e vísceras, com specto cor e cheiro próprio, sem manchas, pele completa ausência de enas e penugem e parasitas. Com Registro de Inspeção Sanitária	Kg	50	10,59
IMENTÃO VERDE de primeira, tamanho e coloração uniforme sem lesões e origem física ou mecânica	Kg	20	7,19
olpa de fruta, sabor Acerola, em embalagem plástica e refrigerada de 1kg	Kg	40	7,29
olpa de fruta, sabor Goiaba, em embalagem plástica e refrigerada de 1kg	Kg	40	6,99
olpa de fruta, sabor caju, em embalagem plástica e refrigerada de 1kg	Kg	40	8,50
olpa de fruta, sabor abacaxi, em embalagem plástica e refrigerada de 1kg	Kg	40	8,50
omate, aspecto globoso, cor vermelha, classificada como legume, graúda			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·

VAGEM – curta, tipo extra AA, tamanho e coloração uniforme, livre de materiais terrosos e umidade externa anormal, sem danos físicos e			
mecânicas oriundos de manuseio ou transporte de acordo com			
resolução 12/78 da cnnpa.kg	Kg	03	11,40

- 4. As amostras dos produtos deverão ser entregues até o dia 27 de Março de 2017 até as 8:00 na Escola CAIC José Joffily, maiores informações na Rua José Marques Ferreira nº. 100, Cep: 58.432-545 Campina Grande Pb, pelos telefones 083-3339-9956, horário 7:00 as 17:00.
- 5. As especificações e as quantidades dos produtos estarão disponíveis nas Escolas e nas Gerências Regionais de Ensino.
- 6. Os gêneros alimentícios deverão ser entregue no CAIC José Joffily, situada na Rua: <u>José Marques Ferreira nº. 100 Malvinas</u>, nos dias a combinar, pelo período de <u>Março à Junho e de Agosto à Novembro de 2017, (08) Oito meses .</u>
- 7. A Seleção do projeto de venda dos participantes deverá obedecer ao critério na art. 25 da Resolução nº 26/2013, divididos em:
- 1º Grupo de projetos de fornecedores locais;
- 2º Grupo de projetos do território rural;
- 3º Grupo de projeto do Estado; e
- 4º -Grupo de projeto do País
- 7.1. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridades para a seleção:
- 1º -Grupo de projetos de fornec3edores locais terá prioridade sobre os demais grupos;
- 2º -Grupo de projeto de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País.
- 3º -Grupo de projeto do estado terá prioridade sobre o País
- 7.2. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção
- 1° Assentamento de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridades entre estes;
- 2º Fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos;
- 3° Grupos Formais (organizações produtivas detentores de <u>Declarações Aptidão ao PRONAF-DAP Jurídica</u>)
- 4° Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de <u>Declaração de Aptidão ao PRONAF-DAP Física, organizados em grupos</u>); e
- 5° Fornecedores individuais (detentores de DAP Física)

8°. DO VALOR MANISFESTADAMENTE INEXEQUIVEL

- 8.1. Considera-se valor inexequível, a proposta que não atendam às exigências do ato convocatório, ou com preços manifestadamente impraticáveis no comércio local (inciso II, do Art. 48 da Lei nº 8.666/93.)
- 8.2. Considera-se o preço manifestadamente inexequível quando ultrapassar 10%(dez por cento) do preço médio
- 8.3. O Fornecedor que ultrapassar o 10% do valor médio constante no edital, e não se tratar de produtos agroecológicos ou orgânicos, será automaticamente desclassificado.
- 9. A entrega dos gêneros alimentícios deverá respeitar o cronograma abaixo:

Produtos	Quantidade	Local de Entrega	Periodicidade de entrega (Semanal, quinzenal)
ARROZ	30KG	CAIC JOSÉ JOFFILY	SEMANAL

A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar ou do Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar.

Campina Grande, 23 de Fevereiro de 2017.

Presidente do Conselho

Diretor da Escola